

DIÁRIO OFICIAL



MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA, ESTADO DO TOCANTINS

ANO VIII

TOCANTÍNIA, QUINTA, 05 DE FEVEREIRO DE 2026

EDIÇÃO N° 620

SUMÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA/SEMED/Nº002/2026.	2
Regimento Interno	3
Anexo	8

IMPRENSA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOCANTINIA-TO

Avenida Tocantins, Nº 220 - Centro

Tocantinia-TO / CEP: 77.640-000

JOÃO ALBERTO COELHO MACHADO

Prefeito Municipal



Documento assinado digitalmente conforme MP Nº 2.200- 2 de 24/08/2001, da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
A autenticidade deste documento pode ser conferida por meio do QRCode.
Código de Validação: **6202026942**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA DE DIÁRIA/SEMED/Nº002/2026.

Tocantínia - TO, 05 de fevereiro de 2026.
 “Dispõe da concessão de diárias e autoriza
 O deslocamento do servidor municipal”

O GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TOCANTÍNIA, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e tendo em vista a Lei Municipal nº 616/2023

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o deslocamento do servidor da Secretaria Municipal de Educação, Higor Sansão Alencar Santana, lotado como Diretor de Compras, para empreender viagem à Palmas - TO, com o objetivo de participar do treinamento, capacitação e aperfeiçoamento no Sistema Megasoft Informática.

Art. 2º Estabelecer o roteiro de Tocantínia - TO à cidade de Palmas - TO, no dia 05 de fevereiro de 2026.

Art. 3º - Conceder 0,5 (meia diária) valor unitário de R\$:250,00 (duzentos e cinquenta reais) sendo um total de R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) para custear as despesas com alimentação.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Gestor do Fundo Municipal de Educação de Tocantínia, estado do Tocantins, em 05 de fevereiro de 2026.

Antônio Luiz Campos
 Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 024 - 2026



A autenticidade deste documento pode ser conferida pelo QRCode ou no Site <https://www.tocantinia.to.gov.br/assinex-validador> por meio do Código de Verificação: **Tipo de Acesso: 1002 e Chave: MAT-c8c95f-05022026170403**

3103020833852677436



Lei nº 595, de 22 de março de 2022.



RESOLUÇÃO CME Nº 004/2025
PORTARIA Nº 097/2025/SEMED

**REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENA (CEEI)**

Vinculada ao Conselho Municipal de Educação de Tocantnia - CME-TO

CAPÍTULO I - DA NATUREZA, FINALIDADE E VÍNCULO

Art. 1º A Câmara de Educação Escolar Indígena - CEEI é um órgão interno, permanente e especializado vinculado ao Conselho Municipal de Educação de Tocantnia - CME, com estrutura funcional para atuar nas matérias relativas à educação escolar indígena no município, em consonância com a Resolução CME nº 004/2025.

Art. 2º A finalidade da CEEI é:

- I. Acompanhar, normatizar, fiscalizar e propor diretrizes para a oferta da educação escolar indígena no âmbito do sistema municipal de ensino;
 - II. Promover a educação diferenciada, bilíngue, intercultural, respeitosa da diversidade cultural, linguística, territorial e dos modos de vida dos povos indígenas do município;
 - III. Desenvolver articulação entre a comunidade indígena, o CME, a Secretaria Municipal de Educação e demais instâncias educacionais, assegurando a participação, o protagonismo e a consulta prévia das comunidades indígenas, nos termos da Convenção
- 169 da OIT.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO E MANDATO

Art. 3º A CEEI será composta por, no máximo 07 (sete) membros, nos termos da Resolução CME nº 004/2025.

§ 1º A composição deverá incluir:

- a) Conselheiros(as) do CME que manifestarem interesse ou possuam expertise na área da educação indígena;
- b) Representantes legítimos dos povos/comunidades indígenas do município, indicados por suas organizações ou lideranças - preferencialmente professores indígenas ou membros da comunidade com conhecimento em educação;



Lei nº 595, de 22 de março de 2022.



RESOLUÇÃO CME Nº 004/2025
PORTARIA Nº 097/2025/SEMED

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação com atuação na área de educação indígena.

§ 2º Deve garantir-se:

- a) Representação indígena em pelo menos 50% dos assentos da Câmara;
- b) Paridade de gênero entre os representantes indígenas.

§ 3º Os membros titulares terão mandatos de 2 (dois) anos, permitida uma recondução consecutiva.

§ 4º A participação dos membros da CEEI será considerada função pública relevante, sem remuneração específica.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º São competências da CEEI:

- I. Emitir pareceres, resoluções, diretrizes e recomendações sobre a organização, funcionamento, autorização e reconhecimento de escolas indígenas municipais;
- II. Acompanhar a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais e Municipais para a Educação Escolar Indígena;
- III. Propor e acompanhar políticas de formação continuada, valorização e certificação de professores indígenas e demais profissionais;
- IV. Promover o diálogo permanente com comunidades, lideranças e professores indígenas locais;
- V. Analisar e propor critérios para a alocação de recursos destinados à educação escolar indígena;
- VI. Zelar pelo respeito à interculturalidade, bilinguismo e sustentabilidade social e ambiental;
- VII. Articular-se com o Fórum Municipal de Educação, a SME, órgãos estaduais e federais e comunidades indígenas.

CAPÍTULO IV - DO FUNCIONAMENTO E PROCESSO DECISÓRIO

Art. 5º A CEEI se reunirá ordinariamente, no mínimo, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, quando convocada pela presidência ou por um terço dos membros.

§ 1º As convocações serão feitas com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

§ 2º O quórum para instalação das reuniões será maioria simples.



Lei nº 595, de 22 de março de 2022.



RESOLUÇÃO CME Nº 004/2025
PORTARIA Nº 097/2025/SEMED

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, cabendo voto de desempate ao presidente.

Art. 6º A CEEI elegerá entre seus membros um(a) presidente e um(a) vice-presidente, com mandato de 01 (Um) ano.

Art. 7º A secretaria executiva será exercida por servidor designado pela SME.

Art. 8º As atas e documentos da CEEI serão públicos e arquivados na sede do CME.

Art. 9º Fica determinando a obrigação por parte da CEEI da convocação oficial do Presidente do CME como membro assessor técnico permanente.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONSULTA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS

Art. 9º A CEEI assegurará, em suas deliberações e processos, a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas, conforme a Convenção 169 da OIT.

§ 1º A participação das lideranças, professores e membros das comunidades indígenas será garantida em todos os processos de discussão e decisão.

§ 2º Os documentos e decisões deverão ser divulgados em linguagem acessível e, quando possível, nas línguas indígenas locais.

CAPÍTULO VI - DA ARTICULAÇÃO CURRICULAR COM A EDUCAÇÃO INFANTIL INDÍGENA

Art. 10º A CEEI orientará que a proposta pedagógica das escolas indígenas contemple etno-conhecimento, cosmologia e modo de vida.

Art. 11º A formação dos profissionais da educação infantil indígena deverá contemplar metodologias interculturais, bilíngues e práticas educativas própria do povo Akwẽ.



Lei nº 595, de 22 de março de 2022.



RESOLUÇÃO CME Nº 004/2025
PORTARIA Nº 097/2025/SEMED

CAPÍTULO VII - DA AVALIAÇÃO E RELATÓRIOS

Art. 12º Anualmente, a CEEI elaborará relatório de atividades contendo:

- I. Balanço das reuniões, pareceres e recomendações;
- II. Avaliação do cumprimento de suas competências;
- III. Indicadores de implementação da educação escolar indígena;
- IV. Propostas e recomendações ao CME e à SME.

CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º Este Regimento Interno poderá ser alterado mediante proposta de um terço dos membros ou por deliberação do plenário do CME.

Art. 14º Os casos omissos serão resolvidos pela presidência da CEEI, ad referendum do plenário.

Art. 15º Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo plenário do CEEI.

REFERÊNCIAS NORMATIVAS

- Constituição Federal, art. 231.
- Lei nº 9.394/1996 - LDB.
- Decreto nº 6.861/2009 - Educação Escolar Indígena.
- Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
- Documento Final da II CONEEI (2018).
- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.
- Resolução CME nº 004/2025 - Tocantnia-TO.



Lei nº 595, de 22 de março de 2022.



RESOLUÇÃO CME Nº 004/2025
PORTARIA Nº 097/2025/SEMED

Regimento Aprovado pela Câmara de Educação Indígena (CEEI) Vinculada ao Conselho Municipal de Educação;

Juliete Predi Xerente
Presidente da Câmara de Educação Indígena (CEEI)

Nilton Nonato da Costa Gomes
Presidente do CME-TOCANTÍNIA-TO

Regimento homologado pelo Secretário Municipal de Educação;

Antônio Luiz Campos
Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

 Lei de Criação nº 595, 22 de Março de 2022.	CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Escola Municipal de Educação Infantil Indígena SIMSARI (SALA DOS CONSELHOS- C.M.E) Setor Aeroporto – Tocantínia-TO E-mail: cme.tocantinia@gmail.com	 RESOLUÇÃO CME Nº 004/2025 PORTARIA Nº 007/2025/SEMED
--	--	--

PARECER N.º 002/2026

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/SEMED		UF.: TO
ASSUNTO: Solicitação de Aprovação do Calendário Escolar Indígena 2026		
RELATORA: Juliete Predi Xerente		
PROCESSO: 001/2026 – APROVAÇÃO DE CALENDARIO ESCOLAR 2026		
PARECER CME/CEEI N.º 002/2026	COLEGIADO – CEEI e CME	APROVADO: 04/02/2026

I. Relatório

Trata este Processo de Ofício 006/2026 do dia 04 de Fevereiro de 2026 encaminhado a este Conselho Municipal de Educação pelo Sr.º Antônio Luiz Campos , Secretário Municipal de Educação, localizada neste município de Tocantínia Estado do Tocantins, situado na Avenida Tocantins S/N.

Distribuído para o Relator(a) acima especificado em 04/02/2026, consta no ofício 006/2026, a solicitação de Aprovação do Calendário Escolar Indígena 2026 compreendendo o que se elenca:

1. Tendo em vista o início do Ano Letivo para 09 de Fevereiro de 2026.
2. O cumprimento dos 200 dias Letivos e demais regras para estabelecimento do Ano Letivo em 2026.
3. Respeito a cultura e a tradição dos povos indígenas Xerente.

II. Histórico

Trata este Processo de Ofício 006/2026 do dia 04 de Fevereiro de 2026, encaminhado a este Conselho Municipal de Educação pela Sr.º Antônio Luiz Campos, Secretário Municipal de Educação, solicitando a análise e Aprovação do Calendário Escolar Indígena 2026.

O calendário escolar específico para educação infantil indígena tem por foco, portanto, garantir o atendimento educacional as crianças, com adoção de uma educação “diferenciada, específica e bilíngue”, que une os saberes tradicionais do povo akwê/Xerente e os componentes curriculares convencionais (campos de experiências), além de reforçar o protagonismo dos povos indígenas e a valorização de sua cultura, que precisa ser fortalecida. Vigência de 200 dias letivos e adequado conforme a Proposta Curricular para Educação Infantil indígenas.

III. Apreciação.

A Solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Educação, objeto do Presente Parecer 002/2026, refere-se à Aprovação do Calendário Escolar Indígena 2026 do Sistema Municipal de Ensino de Tocantínia-TO.

O início do ano Letivo para o ano de 2026 vai acontecer no dia 09 de Fevereiro para os alunos, com uma semana anterior destinada a planejamentos escolares ou formações. O Calendário apresentado registra a utilização de (12) Doze sábados letivos para a Educação Infantil Indígena Xerente. Segue as demais observações gerais deste calendário e as Normativas e leis que serve como base..

A Educação Escolar Indígena da Rede Municipal de Ensino de Tocantínia terá os dias letivos definidos por este Calendário Escolar, com oferta modalidade regular de 4 horas diárias no período diurno regido pelo o PPP da Unidade de Ensino. Define os dias letivos presencial. A oferta das aulas consiste na organização de atividades de forma integrada, mantendo os fundamentos culturais akwê. De acordo os costumes do Povo Akwê quando um ente querido vem a óbito toda a região do núcleo escolar ficará em luto por sete dias consecutivos, as demais regiões e a equipe diretiva da U.E serão dois dias de luto em respeito aos costumes do Povo Akwê. Quando houver luto será realizada a reposição das aulas em outra data definida pela Unidade de Ensino e a SEMED. Nas festividades, dias considerados sagrados, serão considerados letivos como instrumento de aprendizagem da cultura de forma que trabalhe o físico, cultural e cosmologia da criança no espaço da comunidade indígena. Sendo assim previsto e detalhada as ações na Proposta Curricular e PPP as seguintes datas: Sexta-feira Santa - BDÂPRÊ (dia sagrado); Semana da Cultura Akwê; Dia de São João-DBÂ AIKDE PATTEZE (Ritual de Padrinho); Semana Internacional dos Povos Indígenas; Semana da primeira semente-AMNÔ, Semana do plantio-DUIZÂ KRÊZE (Cultivo e cuidado com a mata). A Unidade de Ensino desenvolverá 4 (quatro) Projetos Pedagógicos Akwê durante ano letivo incluindo as ações do Projeto Leitura Viva e participação nas demais ações da Semed.

Bases legais:

- 1 - Lei nº 9.394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- 2 - Lei nº 12.519, de 10/11/ 2011- Dia da Consciência Negra;
- 3 - Resolução nº 005 de 22/06/2012, define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Indígena;
- 4 - Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- 5 - Resolução nº005 de 17/12/2009, fixa a Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, onde mesma define que a frequência na educação infantil não é pré-requisito para aprovação.
- 6 - Resolução nº002 de 22/12/2017, institui a Base Nacional Comum Curricular;

7 –Resolução CME (Conselho Municipal de Educação)N°003/2025 de 16 de abril- Define Matriz Curricular da Educação Infantil Indígena, Plano Municipal de Educação e o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino.

Dias letivos:

1º Bimestre: 50 Dias/ Finalizando 17/04

2º Bimestre: 51 Dias/ Finalizando 30/06

3º Bimestre: 50 Dias/ Finalizando 09/10

4º Bimestre: 50 Dias/ Finalizando 19/12

Totalizando: 201 dias letivos.

IV. Voto do Relator

A proposta encaminhada, quanto ao Calendário Escolar Infantil Indígena para o ano letivo de 2026, encontra-se em condições de aprovação, onde esta Câmara de Educação Escolar Indígena (CEEI), vinculada ao Conselho Municipal De Educação (CME), ressalta que a Secretaria Municipal de Educação-SEMED, deverá providenciar e encaminhar cópia à Escola Municipal de Educação Infantil Indígena SIMSARI e aos Núcleos que fazem parte da Educação Municipal Indígena Xerente.

Considerando o exposto neste Parecer, voto no sentido da sua aprovação e com isso o encaminhamento à Escola Indígena SIMSARI, para que se possa fazer cumprir o ano letivo com 201 dias, bem como o direito à educação de todos os nossos educandos Akwê neste ano de 2026.

Juliete Predi Xerente
Conselheiro / Presidente CEEI

Decisão da Câmara de Educação Básica:

Fica aprovada por unanimidade por decisão da Câmara de Educação Escolar Indígena (CEEI) por intermédio da Excelentíssima Senhora Conselheira o que se requere.

Sala dos Conselhos ,Tocantínia de 04 de Fevereiro de 2026.

Nilton Nonato da Costa Gomes
Presidente/CME

Presenças na plenária: Nilton Nonato da Costa Gomes, Anderson Simrihu Xerente, Juliete Predi Xerente, Wilma Gomes da Silva, Betiza Sekwahidi Marinho Xerente, Antônio Krewamzu Xerente.

ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE TOCANTÍNIA, ESTADO DO TOCANTINS

Os originais das matérias editadas neste diário oficial eletrônico poderão ser encontrados em suas respectivas pastas.
A Prefeitura Municipal de Tocantínia dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado por meio de sua
página oficial <https://www.tocantinia.to.gov.br>

3103020833852677436